

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2013
(Do Sr. GLAUBER BRAGA)

Solicita informações sobre o
montante de recursos disponibilizados e
efetivamente executados em obras de
redução de risco de desastre.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Sr. Ministro das Cidades, o seguinte pedido de informações:

O montante de recursos disponibilizados no Orçamento da União para o Ministério das Cidades, destinados a obras de redução de risco de desastre. A referida relação deve conter pelo menos:

- 1) O valor total consignado no Orçamento nos exercícios de 2011, 2012 e 2013;
- 2) O valor efetivamente executado nos exercícios de 2011 e 2012;
- 3) O valor destinado a transferências da União para Estados e Municípios em todos os exercícios citados;
- 4) O valor executado diretamente pela União em todos os exercícios.

JUSTIFICAÇÃO

A cada ano, a novela se repete. Os efeitos de mudanças climáticas provocam desastres naturais em todo o País, deixando enormes contingentes de desabrigados e, pior ainda, levando muitos cidadãos

8E734B5714

8E734B5714

brasileiros a mortes indignas. Sempre que tais eventos catastróficos ocorrem, depois das coberturas jornalísticas já esperadas, há grande comoção com a dor das populações atingidas, mas o assunto acaba caindo no esquecimento.

Boa parte dos recursos reservados para o atendimento de emergência, bem como para as obras de prevenção acaba nunca chegando a seus destinatários. Ainda não sabemos exatamente o que ocorre nesse caminho. Muitos apontam para obstáculos burocráticos excessivos, colocados pelas áreas técnicas do governo federal responsáveis pela liberação dos recursos. Outros dizem que a culpa é dos próprios Municípios atingidos, que não atendem aos requisitos legais para se qualificarem como beneficiários.

De uma coisa temos certeza: as populações atingidas por estes desastres não precisam descobrir de quem é a culpa pelo fato de o dinheiro não chegar. Precisam, isso sim, que o dinheiro chegue efetiva e rapidamente a seus Municípios. Precisamos, portanto, dos dados solicitados, para iniciarmos um estudo da situação e debatermos urgentemente as melhores saídas para o problema.

Esperamos, portanto, que esses dados se tornem públicos, por meio do seu envio a este Parlamento.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado **GLAUBER BRAGA**

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2013
(Do Sr. GLAUBER BRAGA)

Solicita informações sobre o
montante de recursos disponibilizados e
efetivamente executados em obras de
redução de risco de desastre.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Sr. Ministro da Integração Nacional, o seguinte pedido de informações:

O montante de recursos disponibilizados no Orçamento da União para o Ministério da Integração Nacional, destinados a obras de redução de risco de desastre. A referida relação deve conter pelo menos:

- 1) O valor total consignado no Orçamento nos exercícios de 2011, 2012 e 2013;
- 2) O valor efetivamente executado nos exercícios de 2011 e 2012;
- 3) O valor destinado a transferências da União para Estados e Municípios em todos os exercícios citados;
- 4) O valor executado diretamente pela União em todos os exercícios.

8E734B5714

8E734B5714

JUSTIFICAÇÃO

O momento não poderia ser mais propício, para discutirmos o problema já crônico dos desastres provocados pelas forças da natureza. Sabemos que o Brasil não está sozinho, quando precisa lidar com as consequências traumáticas de mudanças violentas no clima. Todos os países do mundo, na verdade, enfrentam no sua cota de vicissitudes naturais.

Em nosso País, entretanto, infelizmente a questão vem sendo encarada de modo muito precário, principalmente por meio de ações pontuais e descoordenadas, sem um programa nacional e coerente de prevenção. Em outros países, tragédias muito mais sérias como furacões, terremotos e vulcões deixam menos vítimas que um simples deslizamento de encosta próximo demais de aglomerações urbanas irregulares.

O Congresso Nacional precisa dos dados solicitados, para realizar um estudo aprofundado do problema e definir que medidas podem ser tomadas no curto, médio e longo prazos.

Esperamos, portanto, que esses dados se tornem públicos, por meio do seu envio a este Parlamento.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado **GLAUBER BRAGA**

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2013
(Do Sr. GLAUBER BRAGA)

Solicita informações sobre o
montante de recursos disponibilizados e
efetivamente executados em obras de
redução de risco de desastre.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Sr. Ministro da Educação, o seguinte pedido de informações:

O montante de recursos disponibilizados no Orçamento da União para o Ministério da Educação, destinados a obras de redução de risco de desastre em escolas públicas de todos os níveis de governo. A referida relação deve conter pelo menos:

- 1) O valor total consignado no Orçamento nos exercícios de 2011, 2012 e 2013;
- 2) O valor efetivamente executado nos exercícios de 2011 e 2012;
- 3) O valor destinado a transferências da União para Estados e Municípios em todos os exercícios citados;
- 4) O valor executado diretamente pela União em todos os exercícios.

8E734B5714

8E734B5714

JUSTIFICAÇÃO

No âmbito dos trabalhos da Comissão Externa criada para examinar os desastres na Região Serrana do Rio de Janeiro, deparamo-nos com um problema que, na verdade, é comum a todo o País. As escolas públicas são provavelmente as instituições que mais sofrem com a ocorrência de desastres naturais. Quando não há um impacto direto do evento sobre as instalações muitas vezes precárias das escolas, a desorganização provocada coloca as crianças por meses afastadas de suas atividades escolares.

O prejuízo de tal situação para o País simplesmente não pode ser calculado. É inaceitável que nossas crianças sejam vítimas de eventos, cuja prevenção pode ser bastante eficaz, como o provam diversas experiências com enfrentamento de desastres pelo mundo afora.

Precisamos, portanto, fazer um diagnóstico preciso, urgente, mas sobretudo abrangente das ações públicas realizadas até agora em relação a este assunto, para podermos identificar o que precisa ser reforçado, modificado ou evitado.

Esperamos, portanto, que esses dados se tornem públicos, por meio do seu envio a este Parlamento.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado **GLAUBER BRAGA**